

Retrato-fichado: Explorando os arquivos do DOPS-PR¹

Carlos Alberto Martins da Rocha²

Eleonora Camargo de Mendonça³

Universidade Federal do Paraná

Resumo

Este artigo tem como objetivo propor um perfil para o acervo de fichas individuais da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR) depositado no Arquivo Público do estado – que se encontra sem sistematização e sem categorização aprofundadas. A ideia é dar feições e voz para essa massa de documentos. Para tanto, é realizada uma pesquisa exploratória de caráter documental e descritivo, a partir de um cálculo de amostragem e da aplicação de um questionário aos registros, a fim de permitir a descrição dessa massa de documentos. Pretende-se, por fim, rememorar a história da Ditadura Militar, a partir da noção de Comunicação como instrumento de memória, democracia e ação social.

Palavras-chave

Arquivos públicos; Ditadura; Pesquisa exploratória; Jornalismo de Dados.

Introdução

De abril de 1964 a março de 1985 o Brasil precisou esquecer o que era Democracia. Isso porque, nesse período, foi instaurado um regime de exceção, a Ditadura Militar, sob o argumento de combate à ameaça comunista. Como aponta Motta *in* Martins Filho (2014), a liderança militar que participou da intervenção interpretou a ação como uma resposta frente às greves, à aliança do presidente João Goulart com a esquerda, à politização da classe rural, à revolta dos marinheiros e à indisciplina na corporação militar.

O resguardo à segurança nacional também fazia parte dos pressupostos para o abril de 1964. A Doutrina de Segurança Nacional deveria estabelecer planejamentos nacionais, além de identificar possíveis inimigos que pudessem colocar tais objetivos em risco. Entre esses adversários estava, principalmente, o comunismo. Para Motta *in* Martins Filho (2014), esses dois argumentos convergem e são uma tentativa de legitimação do regime.

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 26 a 28 de maio de 2016.

² Orientador do trabalho. Professor de Telejornalismo e Cinema do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná, e-mail: rocha@ufpr.br

³ Estudante do 6º semestre do Curso de Comunicação Social – habilitação Jornalismo – da Universidade Federal do Paraná, e-mail: eleonoracmendonca@gmail.com

Nesses 21 anos, os valores democráticos foram derrotados, a censura passou a fazer parte da rotina de diversos meios de comunicação, a tortura se impusera ao regime e virara uma máquina que amordaçava a oficialidade, (GASPARI, 2-2014).

Trinta anos depois, essa tortura foi sendo transformada em memória e ganhou “nome, data, hora, vítima e responsável”, como aponta Leite (2012), a partir de pesquisas e livros. Nesse sentido a memória é encarada como um elemento essencial, o qual reforça a coesão social e a adesão afetiva do todo. (ROLLEMBERG *in* Martins Filho, 2014). Segundo a historiadora Denise Rollemberg, talvez ainda surjam novas publicações porque as dúvidas elementares sobre o período ainda não foram respondidas.

Em 2014, em especial, o tema ganhou ainda mais visibilidade de estudiosos pelo fato de a data representar 50 anos após a intervenção civil militar. Sá e Estarque (2014) afirmam que, de acordo com especialistas, o debate, apesar de ter crescido com os Cinquenta Anos, ainda é limitado. Elas destacam que, para sociólogos e historiadores, os brasileiros não costumam “ajustar as contas com o passado”.

Dentre algumas dessas ações de rememoração está a disponibilização de fichamentos, inquéritos e questionários da extinta Delegacia de Ordem Política e Social⁴ pelos Arquivos Públicos estaduais. Com o mote de fichar e vigiar para punir, a ditadura catalogou cerca de 308 mil brasileiros em todo o país, segundo dados do Arquivo Nacional (DOCUMENTOS REVELADOS, 2012). No Paraná, são mais de 47 mil documentos datados entre 1937 a 1989 – período que antecede, passa por e sucede o Regime Militar.

De um lado, a história documentada e aberta, tanto no Arquivo Público, em *sites*, quanto nas diversas obras e artigos publicados sobre o tema, para que se reflita sobre o período. De outro, uma parcela da população que, mesmo munida desses instrumentos, parece ter esquecido da repressão, da supressão da liberdade de expressão, da censura. “(...) o que dizer de um país que sofre de amnésia crônica e onde já observou Ivan Lessa, ‘a cada 15 anos esquecemos os últimos 15 anos?’ ”, indaga Zuenir Ventura (2013, p.16).

A partir desse cenário, surgem questionamentos: De que forma é possível trazer novamente um pouco da história da ditadura à tona, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” (MEMÓRIAS REVELADAS, 2015)? Como é possível continuar a

⁴ O Departamento de Ordem Política e Social e “foi um braço da ditadura militar, compondo uma rede integrada de repressão contra os chamados “inimigos do regime”. Além de agir como um órgão punitivo, também fichava as pessoas com a missão de identificar suspeitos de conspirarem contra a ditadura”. (PUPIM, 2004, *online*).

reflexão sobre esse período da história brasileira sem cair em clichês, dando vez à subjetividade e a pluralidade?

Esse é o ponto de partida do presente estudo que se propõe a delinear um perfil do acervo individual da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná que se encontra no Arquivo Público do estado. A ideia é personificar. Dar feições, traços, personalidade e voz para esse que hoje é apenas um conjunto disforme de documentos.

A proposta inicial do trabalho era registrar esse processo de personificação dos arquivos em um Documentário Audiovisual, atuando como janela dos documentos e da experiência de pesquisa. Contudo, como são mais de 47 mil fichas sem catalogação (apenas separadas alfabeticamente), foi necessário começar o trabalho a partir de uma pesquisa exploratória que resulta na descrição do acervo, bem como no recorte espaço/tempo e na determinação da quantidade de entrevistados para o Documentário Audiovisual.

Metodologia

Esse trabalho realiza uma pesquisa exploratória (de caráter documental e descritivo) nas fichas individuais do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, locado no Arquivo Público do estado.

A pesquisa é considerada exploratória, quando envolve levantamento bibliográfico (...) proporcionam uma visão geral de um determinado fato, fornecendo subsídios sobre ele.
(NICOLAU, 2015, p. 1)

A escolha por esse tipo de pesquisa se deve ao fato do objeto ser uma massa bruta de dados – 47.423 fichas individuais – a qual, apesar de organizada alfabeticamente, encontra-se sem categorização aprofundada. Esse estudo preliminar tem a finalidade de sistematizar e iniciar uma classificação do arquivo de fichas individuais do DOPS-PR, tanto necessário para a realização do Audiovisual, quanto para que as próximas pesquisas possam continuar a partir desse levantamento, já com maior compreensão do acervo.

Por ter como ação primordial o mapeamento e estudo dos documentos do DOPS-PR, essa também é uma pesquisa documental. Ela está relacionada com a análise de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, (DOS SANTOS, 2016).

Pode-se falar ainda em uma pesquisa histórica, já que ela se volta para o passado em busca de “linhas de força que movem os acontecimentos”, (SANTAELLA, 2001). É possível afirmar que o presente estudo se baseia na utilização de métodos descritivos e analíticos para preservar e encontrar mais informações sobre a metodologia da repressão no período da Ditadura Militar no país. Por fim, esse estudo é caracterizado como quantitativo,

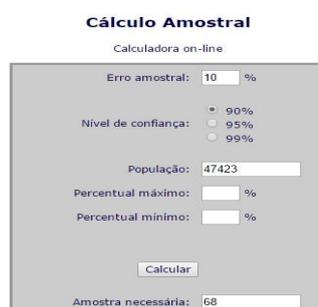
no que diz respeito ao levantamento feito com os documentos da DOPS-PR e, através da aplicação de questionários a essas fichas.

Com o tipo de pesquisa delineado, estabeleceu-se um cálculo amostral para trabalhar em primeira análise das fichas. Segundo Oliveira e Grácio (2005), esse é, muitas vezes, um item essencial para o traçado da pesquisa.

O objetivo essencial desse cálculo é determinar a quantidade de elementos necessários para compor a amostra a fim de se obter resultados válidos, mas não mais do que é suficiente, evitando-se assim gasto de tempo e de recursos financeiros desnecessários.

(OLIVEIRA; GRÁCIO, 2005, p.2.)

As autoras estabelecem que essa representatividade da população deve ser garantida e, para tanto, a amostra precisa “apresentar as mesmas características gerais da população no que diz respeito às variáveis em estudo”. Com esse objetivo, utilizou-se uma calculadora *online* (FIGURA 1), (SANTOS, G., 2011), que efetua a conta a partir de uma fórmula padrão. Foi utilizado um erro amostral aceitável de 10% e um nível de confiança de 90% para que fosse possível delimitar uma parcela dos arquivos e, ao mesmo tempo, generalizar os resultados e aplica-los ao todo, às mais de 47 mil fichas.



Cálculo Amostral
Calculadora on-line

Erro amostral: 10 %

Nível de confiança: 90%
 95%
 99%

População: 47423

Percentual máximo: %

Percentual mínimo: %

Calcular

Amostra necessária: 68

FIGURA 1 – Calculadora online para cálculo amostral
Fonte: SANTOS, G. (2011)

O resultado desse cálculo apontou a necessidade da análise de 68 arquivos individuais para que fosse possível expandir o resultado ao todo. Portanto, esse foi o número de fichas analisadas. E a escolha desses registros também seguiu uma metodologia definida.

Com a quantidade de registros estipulada (68 documentos), foi realizado um novo cálculo para conhecer o intervalo de documentos a ser cumprido no momento da seleção das fichas. Então, utilizou-se o valor total de documentos, 47.423, dividido pelo número de fichas necessárias, 68, resultando em 697,3. Logo, esse é o intervalo de uma ficha selecionada a outra. Isto quer dizer que, a cada 697 fichas, uma era separada para análise. No caso de inexistência da ficha, selecionava-se o número seguinte. Vale ressaltar que só

depois dessa apuração foi possível conhecer o nome do fichado. A partir da seleção dos arquivos foi possível aplicar um questionário padrão a todas as 68 fichas.

O formulário contém questões mistas (abertas e fechadas) que foram pensadas a partir dos apontamentos feitos por Chagas (2000). São elas: nome do fichado, sexo, localidade do fichamento (por estado), ocupação profissional, motivo do registro, número da ficha, data (por década e por ano), nacionalidade. Quando alguma dessas respostas não apareciam na ficha individual, marcou-se como “não consta / não é possível responder”.

Para o preenchimento desse questionário, as próprias fichas foram a fonte primordial. Contudo, o critério interpretação não foi deixado de lado. Isso, porque, por exemplo, era possível responder, em certos casos, o sexo do fichado a partir do seu nome.

Contextualizando: Uma breve passagem sobre a Ditadura Militar

Os militares conspiravam. A direita estava descontente com o governo do então presidente João Goulart. Nos motivos, a perturbação econômica do país (inflação, decréscimo dos investimentos estrangeiros e uma diminuição da renda *per capita*), os ataques à disciplina militar e o lançamento da campanha pelas reformas de base. Para os militares, era um governo em crise.

O descontentamento pesava mais nas reformas de base e na já mencionada crise militar, (Fico, 2004). Somava-se a isso um Congresso, de maioria conservadora, disposto a impedir os planos do presidente. Nas ruas, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade reforçava o pedido de saída de João Goulart. E o apoio também vinha da embaixada americana. O choque era visível.

Naquele momento os militares acreditavam que se não dessem o golpe, ele seria dado pela oposição – que pretendia uma reforma política com o objetivo de tornar possível a disputa de Jango à reeleição. O então governador de Pernambuco previa: “Volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei”. (GASPARI, 1-2014, p.53). De lá, segundo Fico (2004), viria para fazer mudanças radicais e eliminar alguns atores políticos. Seria autoritário.

Com os militares contemporizavam “banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e classe média”, (FICO, 2004 p.52). Nasceu, a partir dessa atmosfera, a noção de golpe civil-militar, estudada e defendida pelo cientista político René Armand Dreifuss. Contudo, apesar desse vínculo entre vários setores

da sociedade, para o historiador Jacob Gorender *in* Fico (2004), os golpistas não estiveram fortemente articulados. Faltava inclusive uma liderança militar.

De todo modo, na virada do dia 31 de março para 1º de abril o exército dormiu janguista e acordou revolucionário. (GASPARI, 1-2014) “Começara, de fato, um gigantesco Dia da Mentira, não só pelo que nele se mentiu, mas sobretudo pelo que dele se falseou”. (1-2014, p. 96). Iniciavam 21 anos de ditadura militar.

No palácio das Laranjeiras anunciavam: “O Jango foi embora!” (GASPARI, 1-2014, p.104). Era a voz do Congresso que decretava vaga a cadeira de presidência. O responsável era justamente o Congresso. Quem assumiu o cargo foi o deputado Ranieri Mazzilli. Lá não ficou por muito tempo.

Logo no estabelecimento do Regime, foi publicado um Ato Institucional Provisório. Era, segundo o historiador, uma forma de legitimação do golpe. Dois dias depois o general Humberto de Alencar Castello Branco assume o poder com a promessa de entregá-lo ao seu sucessor (eleito pelo povo) assim que o calendário marcasse os primeiros dias de 1966.

Com uma mentalidade de ditadura temporária, Castello começou a agir para conter a violência política. O “(...) indesejável se tornava aceitável em troca de uma promessa de provisoriedade.” (GASPARI, 3-2014, p.160). Da caneta do presidente Castello, em 13 de março de 1967, saiu a assinatura da Lei de Segurança Nacional.

Tal doutrina tinha como objetivo o “Brasil Potência”. Recomendava-se o combate ao inimigo interno número um, o comunismo, como forma de “curar” a sociedade. (FICO, 2004). Segundo o autor, ela se materializou no julgamento de corruptos, na espionagem, na censura e na eliminação de subversivos.

Começam as denúncias de tortura, encabeçadas pelo jornal Correio da Manhã. Baseada no paradoxo entre suplício e confissão, ela encarnava o poder absoluto da Ditadura Militar (GASPARI, 2-2014). Foram contabilizados 285 tipos diferentes de tortura nos levantamentos do Brasil: Nunca Mais. Mais de 1.800 pessoas declararam terem sido vítimas do suplício.

Da promessa de Castello Branco, quando no início de seu mandato, ficaram só as palavras. “Em 1967 entregou uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas.” (GASPARI, 1-2014, p.126). Esses poucos votos foram para Artur da Costa e Silva.

O segundo governo militar fora marcado pela intensificação do regime. O símbolo dessa linha dura que se instalava e, conseqüentemente, o ápice dessa repressão (ABREU, 2002) foi o Ato Institucional número 5, publicado em 1968. O mecanismo reestabelecia

várias das ações temporárias impostas pelos outros Atos, além de deixar a marca que, segundo Gaspari (1-2014, p.342) “haveria de ferir toda uma geração de brasileiros”. Era o artigo 10. Vinha para suspender o *habeas corpus*. “Estava montado o cenário para os crimes da ditadura.”

Tais arbitrariedades do regime culminaram nos chamados Anos de Chumbo – “Foi o mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais”. (GASPARI, 2-2014, p. 13). Os anos de mordida foram acompanhados pelos de Milagre.

Já com Emílio Garrastazu Médici no poder – o terceiro general como Presidente da República – pode-se presenciar um momento de crescimento econômico. Falava-se em “Brasil Grande”, o país “tornara-se a décima economia do mundo, oitava do Ocidente, primeira do hemisfério sul”. (GASPARI, 2-2014, p. 212)

Vizentini *in* Martins Filho (2014) contesta essa noção de “Brasil Potência”, tão explorada durante o Milagre. Segundo ele, as desigualdades sociais agravaram-se, “colocando o país na posição de liderança da pior distribuição de renda do mundo”. (2014, p. 157). As taxas de pobreza, de analfabetismo e de doenças também equipararam o país aos mais desfavorecidos do globo.

De Médici o governo passa para Ernesto Geisel. Era 1974. Recebera um governo que se afastava da estabilidade, em meio à crise mundial do petróleo e no fim da Era de Ouro⁵ da história. Enquanto o mundo voltava-se para uma revolução liberal, o Brasil sacramentava a estatização no que dizia respeito à sua infraestrutura econômica. (GASPARI, 4-2014).

Em agosto do mesmo ano o presidente discursa sobre a distensão, “lenta, gradativa e segura”. Desagrada a ala mais conservadora que denuncia uma traição por parte do presidente. Foi Geisel quem extinguiu o AI-5 – passo que abriria as portas para a abertura política que não tardaria a começar.

Em 1974 apresenta-se João Baptista Figueiredo. O último governante da leva iniciou o processo de abertura política. A anistia é conferida em condição de mão dupla. O Brasil vai descendo os degraus de uma cordilheira de 21 anos de interferência política, cultural, social e econômica, ora velada ora brutal (KUPERMAN; VIEGAS, 2015).

Cada parte dessa escalada de repressão marca de forma singular a própria história do país. (FIGUEIREDO, 2009). Contudo, um ponto específico que permeou todo o caminho

⁵ Termo cunhado pelo historiador inglês Eric Hobsbawm para designar o momento de “maior prosperidade da história humana”. (GASPARI, 3-2014, p.251).

da repressão foi o ato de fichar e monitorar. A partir daí o Regime investigava, interrogava, promovia tortura, matava, fazia desaparecer. Para Kuperman e Viegas (2015), são justamente esses documentos que ficam como legado para que se possa não de lá “extrair verdades”, mas para criar argumentos contra “o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos”. (2015, p. 12).

O objeto de pesquisa – Arquivos DOPS-PR

E é com essa noção em mente da dinâmica fundamental de fichamentos e vigilância – que culminava na repressão e na tortura – que se inicia o estudo sobre o objeto no qual a pesquisa se debruça: o montante de documentos da antiga Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR). Mais especificamente os documentos individuais de fichados durante a Ditadura Militar. O acervo está locado em Curitiba, no Arquivo Público do Paraná. No local estão situadas todas as memórias impressas e manuscritas da geografia e da história do estado. Elas começaram a ser compiladas e guardadas em 1855, quando na criação do Arquivo pela Lei nº33. Devido a transformações político-econômicas e também na máquina administrativa, o patrimônio da instituição só cresceu. (Arquivo Público do Paraná, 2015).

O Arquivo passou por diversas secretarias e recebeu vários nomes durante sua existência. Em 1974, por exemplo, durante o Regime Militar, foi denominado Departamento de Arquivo e Microfilmagem (DAMI). Nesse momento fazia o trabalho de reprodução micrográfica do governo. Sob a Lei nº 8485 de 3 de junho de 1987 passou a se chamar Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) e a responder à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Dessa forma persiste até os dias de hoje.

A partir do Decreto Estadual 577 de 1991 o DEAP recebe e passa a abrigar os documentos da extinta DOPS. Antes dessa data o acervo da ditadura no Paraná não estava aberto para consulta. Na sequência, passou a ser classificado e digitalizado. Ainda assim, a pesquisa era restrita. Só era possível consultar o próprio nome.

A recente ditadura brasileira (1964-1985) deixou-nos, como parte de seu sombrio legado, o maior acervo documental entre suas congêneres no Cone Sul. Contudo, o recolhimento, a abertura e a divulgação desses documentos deram-se de maneira relativamente tardia.

(KUPERMAN; VIEGAS, 2015, p. 11)

Quem vai ao Arquivo Público hoje encontra documentos datados de 1937 a 1989. Lá estão fichas individuais de cidadãos que foram investigados. O chamado Fichário Provisório Individual contém um detalhado número de questões preenchidas (ou não) sobre

o fichado. O escrito contém ainda algumas notas sobre a situação no momento do inquérito. Para acessar uma dessas 47.423 fichas é necessário consultar o nome ou o número delas em um catálogo. Só então é possível visitar o documento digitalizado.

Além desses arquivos, existe a possibilidade de consultar as chamadas Pastas Temáticas. Elas foram divididas e classificadas por equivalência pelos próprios governos da época. Dizem respeito a partidos políticos, Associações e Organizações, datas comemorativas, movimentos sociais, profissões, entre outros assuntos. Dentro do compilado de arquivos sobre determinado conteúdo estão fotos, mandados de apreensão, documentos oficiais e muitos recortes de jornal.

Pela internet, no site⁶ do Departamento, é possível consultar a existência de determinado assunto. As mais de duas mil pastas foram higienizadas e acondicionadas pelo Arquivo e estão disponíveis também em forma de catálogo. Segundo o próprio DEAP, são coleções que retratavam determinado tema e que serviam aos governos como verdadeiros arquivos a serem consultados.

Por uma estranha necessidade de legalizar seus atos (escancaradamente) ilícitos e de registrar cada decisão tomada em valor da “Revolução de 1964”⁷, os militares brasileiros terminaram por produzir, organizar e arquivar toneladas de provas contra si mesmos.

(FIGUEIREDO, 2009, capítulo 1)

Com a escolha do que se quer pesquisar, é possível consultar aquele compilado. Acesso, portanto, é palavra chave da Era da Informação e da Comunicação na qual estamos situados. O desenvolvimento das novas tecnologias aliado ao alargamento da máquina e das funções públicas fez com que o número de arquivos produzidos crescesse exponencialmente. (ROUSSEAU; COUTURE; ARÈS, 1998). Nesse cenário, como aponta Fonseca (1996), a disponibilização desses documentos é uma premissa imprescindível em se falando da consolidação de um estado democrático. É “tornar visível o Estado, para que de sua condução possam participar aqueles que são obrigados a suportar as consequências”. (1996, p. 8).

Segundo Rousseau, Couture e Arès (1998), os arquivos e sua manutenção estão relacionados ao exercício do poder. Além desse papel, atuam como materiais de prova. São importantes em se tratando de investigação, já que servem a diversas áreas e tipos de estudo. Logo, são indispensáveis à história e a todos os objetos que tratam do passado, visto

⁶ <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79>

⁷ Grifos do autor.

que trabalham muitas vezes como fontes únicas de informação sobre instituições e indivíduos.

Especificamente sobre os arquivos públicos do Brasil, de acordo com Kuperman e Viegas (2015), tais documentos são um patrimônio do povo, o qual reflete sua luta e deve ser utilizado como ferramenta para a construção da democracia. Para Rousseau, Couture e Arès (1998), é a partir dessa fonte primordial que podemos conhecer o conteúdo das nossas raízes. Nesse sentido, o acervo também tem um papel relacionado à memória – “contribuindo para que as políticas do esquecimento não triunfem, e para que a história dos anos de chumbo não se repita”. (KUPERMAN; VIEGAS, 2015, p. 13). Para as autoras é justamente o lembrar que orienta o agir.

Comunicação e memória

Neste grande objetivo de fazer lembrar está a comunicação e mais especificamente os meios de comunicação. De acordo com Thompson (1998), ela é, desde sua forma mais primitiva até as novas tecnologias, um aspecto central da vida em sociedade. Para Wolton (2006, p. 13), ela é “a busca da relação e do compartilhamento com o outro. ” Ainda, segundo o autor, é um instrumento de democracia, liberdade e modernidade.

Para que a comunicação se imponha como valor e realidade incontornáveis nas relações humanas e sociais, é preciso uma sociedade móvel, aberta, voltada para a mudança, que privilegia a iniciativa, separe o religioso do político e do militar, reconheça a singularidade e a igualdade dos sujeitos, o direito de expressão, a liberdade de opinião e, enfim, o pluralismo político.
(WOLTON, 2006, p. 25)

Dentro desse contexto está a comunicação mediada – aquela que se relaciona com a produção, o armazenamento e o acesso de informações significativas para as pessoas que as geram e as adquirem. De acordo com Machado (2003), os meios de comunicação são uma instituição que media, simbolicamente, determinados acontecimentos a um público que considera esses eventos relevantes.

Para Araújo (2011, p. 128), os *media* “fazem emergir identidades sociais. (...) tecem crítica, incentivo ou denúncia às relações sociais. ” Nesse sentido, fala-se em um poder simbólico ou cultural presente nas instituições da mídia. (THOMPSON, 1998). Segundo o autor, esse poder se faz presente já que a produção de formas simbólicas capacita a intervenção no curso dos acontecimentos e a influência nas ações dos indivíduos. A própria censura durante o período militar faz reconhecer essa importância e função dos meios de comunicação (GASPARI, 3-2014). Qualidades que persistem até os dias atuais.

Afim justamente de interligar a Comunicação e a memória está o Jornalismo de Dados – esse que faz parte da presente pesquisa exploratória. Entende-se por tal a relação entre a arquitetura da informação e a narrativa (MACHADO in BARBOSA, 2007), em que as Bases de Dados atuam como fonte e o jornalista como o responsável por interpretar e traduzir essa massa de cifras.

Considerações finais

Nos primeiros contatos com o arquivo, foi possível constatar que as 47.423 fichas estavam classificadas apenas alfabeticamente. Não se sabia dizer quantas pertenciam a um período anterior à Ditadura Militar, quantas eram realmente do estado do Paraná e quantas vieram de outras DOPS, por exemplo. Notou-se também que existiam algumas falhas no todo – grandes intervalos de fichas que estão numeradas, mas não existem. De acordo com o DEAP, esses documentos foram perdidos antes mesmo de chegarem ao Arquivo Público.

Percebeu-se, portanto, a dificuldade em realizar o Documentário Audiovisual que delineasse o perfil daqueles arquivos sem antes realizar um trabalho exploratório, afim de categorizar as fichas individuais. E é justamente esse o objetivo do presente estudo. Com a estipulação de um cálculo amostral e de um questionário específico foi possível iniciar essa sistematização do arquivo e, mais do que isso, aplicar o resultado não somente aos 68 documentos analisados, mas à totalidade do fichário.

Apresenta-se que 83,8% das fichas são de homens, 11,8% de mulheres e em 4,4% não é possível responder o sexo. Sobre isso, destaca-se o papel da mulher na luta contra a Ditadura Militar. Para Gianordoli-Nascimento et al (2004, p. 24), “a participação feminina nas organizações de militância política pode ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo nos papéis tradicionais de gênero”. Tratava-se, portanto, de um símbolo de libertação da mulher, que crescia aos poucos – o que pode justificar o número de fichamentos em relação ao do sexo masculino.

Sobre a nacionalidade, 32,4% são brasileiros, 11,8% são estrangeiros. Essa informação não consta em 55,9% das fichas. O número de pessoas de fora pode ser explicado através do cenário político compartilhado de diversos países da América Latina e, portanto, de dissidentes que transitavam para operar uma guerra revolucionária contra suas ditaduras.

Pode-se dizer que a maioria dos fichamentos ocorreu na década de 70, foram 52,9%. Isso aponta para a definição dos Anos de Chumbo do Regime – a parte mais severa do

período, em se tratando de vigiar e punir. Nos anos 60 foram 5,9% e 13,2% nos anos 80. Há aí um paradoxo: apesar dos anos 80 marcarem a abertura política do país (CORDEIRO, 2009), ainda há fichamentos sendo realizados. Observa-se também que há uma parcela de registros antes da Ditadura Militar: 22,1%. Esse dado aponta, principalmente, para a atividade investigativa durante a ditadura do Estado Novo⁸, (PANDOLFI, 1999).

A partir do gráfico (FIGURA 2)⁹ é perceptível a dinâmica de fichamentos no que tange sua divisão por ano. Constatase, como já citado, o pico de investigações durante o governo Médici (1969-1974), nos Anos de Chumbo. Em seguida, entra Geisel, militar que inicia o processo de abertura política. Segundo Cosson (2007, p. 26), no entanto, distensão “jamais significou (...) ausência de censura ou repressão”. Alia-se a isso o ato de inquirir.

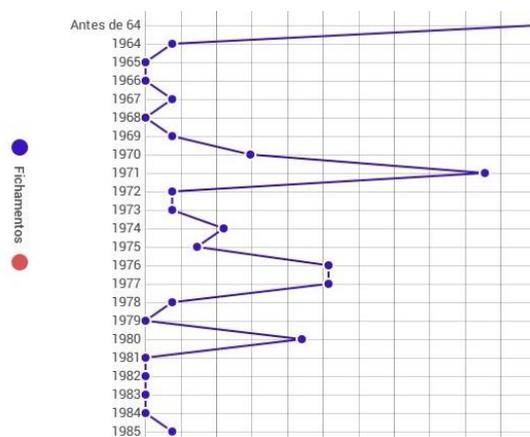


FIGURA 2 – Dinâmica de fichamentos por ano
Fonte: Autora

Observa-se, logo após, uma diminuição no número de inquiridos. Quadro que é revertido em 1975. Gaspari (3-2014) aponta que nesse ano a tortura triplicou em relação à 1974. Em São Paulo, a carceragem do DOI estava no limite de sua capacidade. É desse ano, inclusive, a morte do jornalista Vladimir Herzog. Novo pico em 1977 que coincide com a onda de prisões em decorrência do 1º de maio, citada pelo autor. Logo essa taxa cai. É 1978 que chega junto com a declaração oficial de extinção da censura. (COSSON, 2007).

Apesar de a sociedade caminhar para a redemocratização, 1980 registra novo aumento no número de fichados. Nova dissonância que, talvez, possa ser explicada a partir da diminuição na taxa de analfabetismo e do aumento de estudantes nas universidades – mais pessoas engajadas com a abertura política. Segundo o autor, entre 1970 e 1980 o

⁸ “Nesse momento, é a figura do Vargas ditador que assume o primeiro plano, a imagem do homem que, através de um golpe de Estado, com o auxílio das Forças Armadas, instaura a ditadura, pondo fim à breve e turbulenta experiência democrática de 1934-37 (...).” (PANDOLFI, 1999, p. 23)

⁹ Os demais gráficos que embasam e ilustram a Conclusão estão disponíveis em http://prezi.com/xijp2hqed0ax/?utm_campaign=share&utm_medium=copy

número de indivíduos que não sabiam ler ou escrever diminuiu de 39% para 29%. Nesse mesmo período, passou-se de 100 mil alunos universitários para 1 milhão. Mas, mesmo em 1985 – último ano da Ditadura – houveram fichamentos. 5,9% das fichas não traziam esse dado.

Quanto à localidade, 32,4% dos fichamentos foram realizados no estado do Paraná. Em São Paulo foram 17,6% e no Rio Grande do Sul 1,5%. Em outros estados, aí compilando as outras regiões do Brasil, foram 10,3%. Não foi possível responder essa questão por falta de informação em 38,2% dos casos. Nota-se aí o intercâmbio de fichas que circulavam pelo país. Dos documentos analisados, 50% apontam a ocupação do fichado. São, em sua maioria estudantes, pessoas ligadas ao exército (tenentes; ex-soldados) e jornalistas, nessa ordem. Ainda, escriturários, comerciantes, motoristas, vigilantes etc.

Por fim, o motivo do registro ficou explícito na grande maioria das fichas, 88,2%. Dentre as justificativas está, por exemplo, o enquadramento no “Ato Punitivo da Revolução de 1964”. Também, registro por pedido de nacionalização ou por documentos extraviados.

Nesse trabalho fica clara a importância da pesquisa exploratória – Jornalismo de Dados – no sentido de revitalizar o passado e sustentar a liberdade, a democracia. Trata-se de um trabalho de investigação – como os projetos WikiLeaks e, mais recentemente, Panamá Papers – o qual aponta para a necessidade de um estudo complexo afim de materializar, interpretar e difundir tais informações para que elas deixem os Arquivos e alcancem, verdadeiramente, o conhecimento da sociedade.

Esse tipo de pesquisa abre caminho para novas investigações não só a serem realizadas na área da Comunicação, mas em diversas outras esferas do conhecimento. Com os dados apresentados acima será possível testar outras variáveis e, portanto, aprofundar os estudos sobre o Arquivo. Além disso, será mais um suporte para a compreensão do período.

Do estudo em relação à Ditadura Militar foi possível angariar respaldo e bagagem teóricos tanto para a realização das próximas etapas da pesquisa exploratória, quanto para a futura produção do Documentário Audiovisual – com a busca e entrevista de alguns fichados ou de seus parentes próximos. Esse que será a personificação do arquivo e que já tem nome definido: Retrato-Falado: Dando voz aos arquivos do DOPS-PR.

Fica explicitado, por fim, que se tratou de uma pesquisa exploratória inicial. Os próximos passos, já iniciados, serão dar continuidade à sistematização dos arquivos através de pesquisa mais específicas – a partir da inclusão de recortes de tempo e localidade.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Sílvia Maria de. **Sociologia: um olhar crítico**. Contexto: 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br>>. Acessado em 04 de junho de 2015.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo digital de terceira geração. **Covilhã: Labcom**, 2007.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **O questionário na pesquisa científica**. Administração on line, v. 1, n. 1, 2000.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Revista Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Editora UnB, 2007.

DE ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Zahar, 2002.

DOCUMENTOS REVELADOS. **Cerca de 308 mil brasileiros foram fichados pela ditadura**, 2012. <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/cerca-de-308-mil-brasileiros-foram-fichados-pela-ditadura>>. Acessado em 04 de junho de 2015.

DOS SANTOS, Carlos José Giudice. **Tipos de Pesquisa**. <http://www.oficinadapesquisa.com.br/APOSTILAS/PROJETO_RH/OF.TIPOS_PESQUISA.PDF>. Acessado em 08 de abril de 2016.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Editora Record, 2009 – edição *kindle*.

GASPARI, Elio. **1 – A ditadura envergonhada**. Editora Intrínseca, 2014.

_____. **2 – A ditadura escancarada**. Editora Intrínseca, 2014.

_____. **3 – A ditadura derrotada**. Editora Intrínseca, 2014.

_____. **4 – A ditadura encurralada**. Editora Intrínseca, 2014.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; AMÂNCIO, Lígia. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar brasileira. In: **CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**. 2004. p. 23-31.

KUPERMAN, Esther; VIEGAS, Ana Cristina Coutinho. **Os anos de chumbo vistos da janela da escola**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LEITE, Paulo Moreira. **A mulher que era o general da casa. Histórias da resistência civil à ditadura**. Arquipélago Editorial LTDA, 2012.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 3ª ed. Editora Senac São Paulo, 2003.

MARTINS FILHO, João Roberto (Ed.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. EdUFSCar, 2014.

MEMÓRIAS REVELADAS. <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acessado em 19 de maio de 2015.

NICOLAU, Marcos. **Pesquisa aplicada à comunicação em mídias digitais**. <http://www.insite.pro.br/elivre/pesquisa_exporatoria_tcco.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2015.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. **Análise a respeito do tamanho de amostras aleatórias simples: uma aplicação na área de Ciência da Informação**. Revista de Ciência da Informação, v. 6, n. 3, p. 1-11, 2005.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o estado novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PUPIM, Paulo. **Pesquisa revela atuação do Dops na ditadura**. Março de 2004. <http://www.jornal.uem.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=215:pesquisa-revela-atua-do-dops-na-ditadura&catid=39:jornal-06-marde-2004&Itemid=2>. Acessado em 09 de abril de 2016.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol; ARÈS, Florence. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SÁ, Ericka de; ESTARQUE, Marina. **Debate sobre 1964 nunca foi tão presente, mas ainda é limitado**, 2014. <<http://www.dw.de/debate-sobre-1964-nunca-foi-t%C3%A3o-presente-mas-ainda-%C3%A9-limitado/a-17523282>>. Acessado em 10 de junho de 2015.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. Hacker, 2001.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral: calculadora on-line**, v. 27, 2011. <www.calculoamostral.vai.la>. Acessado em 04 de junho de 2015.

THOMPSON, John B.; DE OLIVEIRA BRANDÃO, Wagner. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Vozes, 1998.

VENTURA, Zuenir. **3-1968 - O ano que não terminou**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. Paulus, 2006.